

N. F. Nº - 297745.0587/23-8  
NOTIFICADO - IG AQUINO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.  
NOTIFICANTE - JORGE LUIZ MAGALHÃES NUNES  
ORIGEM - DAT METRO / IFMT / POSTO FISCAL HONORATO VIANA  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 16.08.2024

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACORDÃO JJF Nº 0172-05/24NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Cobrança da antecipação tributária parcial em transação interestadual. A Notificada trouxe aos autos documentação que direcionam parte das mercadorias adquiridas serem aquisições para industrialização e parte são para comercialização. Infração parcialmente subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 22/07/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 8.913,43 mais multa de 60%, no valor de R\$ 5.348,60, totalizando o montante de R\$ 14.261,49 em decorrência do cometimento da seguinte infração:

**Infração 01 - 054.005.008:** Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

O Notificante **acrescentou na descrição dos fatos que se trata de:**

*“Falta de Antecipação Tributária Parcial, Contribuinte DESCREDENCIADO DANFE de nº 122.048”.*

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se os seguintes documentos: a Notificação Fiscal de nº 297745.0587/23-8, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo elaborada pelo Notificante (fl. 06); o **Termo de Ocorrência Fiscal de nº 211311.1110/23-7**, datado de 22/07/2023 (fls. 03 e 04); cópia do DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 122.048, Natureza da Operação – **Venda Fora do Estado**, emitido em 20/07/2023 pela Empresa Opergel Comércio, Indústria de Produção de Alimentos LTDA., localizada no Estado de São Paulo, correspondente às mercadorias de NCM de nº 0304.81.00 e 0303.13.00 (**Filé de Salmão Coho e Salmão inteiro do Atlântico**); cópia da consulta Dados do Contribuinte efetuada na data de 14/08/2022 tendo como resultado da consulta “Contribuinte Descredenciado – Contribuinte Com Restrição de Crédito – Dívida Ativa” (fl. 07); cópia do Documento Auxiliar de Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE de nº 639 (fl. 07); cópia dos documentos do motorista e do veículo (fl. 09).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Representante, manifestando impugnação, onde a peça de defesa consta apensada aos autos (fls. 16 a 20), protocolizada na SAT/DAT METRO/CPAF, na data de 14/09/2023 (fl. 15).

No seu arrazoado, a Notificada consignou que a mercadoria constante na NF-e de nº 122.048 apreendida no Posto Fiscal Honorato Viana trata-se de salmão, esse produto é adquirido de forma integral e natural, e a Notificada efetua o processo de manipulação no qual sofrerá modificações no acabamento do mesmo, o que caracteriza Indústria conforme o art. 3º, parágrafo único da Lei Federal de nº 4.502/64.

Assinalou que a nota em questão tem, também, filé de salmão e esse será reconhecido como compra para comercialização e calculou-se o imposto a pagar, mas a parte de salmão inteiro será considerada indústria, conforme lei federal citada.

Tratou que conforme previsto no art. 12-A da Lei de nº 7.014/96 ocorre o fato gerador da Antecipação Parcial as entradas interestaduais de mercadorias para comercialização, inclusive a título de transferência entre estabelecimentos da mesma empresa.

Finalizou considerando o rigor da conduta da Notificada, pautada sempre na lisura das atividades de comércio na cidade de Salvador e requereu o recebimento e análise desta petição em razão do respeito do prazo legal.

O Notificante prestou Informação Fiscal à folha 34 onde arrazoou a impugnação da Notificada acrescentando que foi apensado às folhas 23 e 24, cópia de um DAE com seu respectivo pagamento no dia 25/07/2023.

Acrescentou que analisando os dados cadastrais fls. 32 e 33, constata-se que a Notificada possui CNAE de nº 4722902 o qual trata-se de Peixaria – Atividade Econômica Principal e não se viu nenhuma vinculação de seus CNAEs Secundários em relação ao Salmão inteiro. Destarte que apesar de sua assertiva não existe embasamento para tal, haja vista o produto salmão inteiro já ser um produto acabado e pronto para comercialização, que é o objeto fim de qualquer peixaria.

Garantiu que nesta condição, consoante o art. 332, alínea “b” do inciso III, obriga-o ao recolhimento antecipado parcial nas aquisições interestaduais, e diante do exposto, na condição de descredenciado por motivo de restrição de crédito – Dívida Ativa, está a Notificada obrigada a recolher o ICMS antes da entrada no território deste Estado o que não ocorreu.

Concluiu que a imputação do pagamento da Antecipação Parcial do ICMS, acrescido de multa, tendo como base de cálculo o valor total da nota fiscal, está de acordo com a legislação vigente devendo ser concedido a título de crédito o valor pago em 25/07/2023 acima referenciado, sendo que para normalizar sua situação cadastral o Notificado deverá entrar em contato com a inspetoria a qual está vinculado para quitar o débito na forma da lei.

Em sessão de Pauta Suplementar a 5ª JJF, na data de 30/11/2023, decidiu converter o feito em diligência (fls. 38 e 37) considerando que a Notificada assevera que o débito ora exigido tem correlação com parte do pagamento já efetuado, entendendo como necessário que a Notificada seja intimada a alterar, os dados do Documento de Arrecadação Estadual – DAE constantes nos campos 01 (Código de Receita) e 04 (Referência) do **DAE de nº 2133898995**, para que este documento seja juntado aos autos, visando uma posterior análise.

Verificado nos autos às folhas 45 e 46 o cumprimento da diligência solicitada pela Notificada.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 22/07/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 8.913,43 mais multa de 60%, no valor de R\$ 5.348,6, totalizando o montante de R\$ 14.261,49 decorrente do cometimento da Infração (054.005.008) por **falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial**, antes da entrada do território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal baseou-se na alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de nº 7.014/96 e multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

A presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Honorato Viana, através da abordagem de veículo da Empresa Transportadora Zion EIRELI (fl. 03) e lavrada em relação ao DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 122.048, Natureza da Operação – **Venda Fora do Estado**, emitido em 20/07/2023 pela Empresa Opergel Comércio, Indústria de Produção de Alimentos. LTDA., localizada no Estado de São Paulo, correspondente às mercadorias de NCM de nº 0304.81.00 e 0303.13.00 (**Filé de Salmão Coho e Salmão inteiro do Atlântico**) sem o pagamento da Antecipação Parcial antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido no inciso II do § 2º do art. 332 do RICMS/BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

Art. 332

(...)

*“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

(...)

*b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;*

(...)

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

(...)

*II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;*

Quanto ao mérito, em apertada síntese, a Notificada alegou que a mercadoria **Filé de Salmão Coho** foi reconhecida como compra para comercialização, incidindo a antecipação parcial, tendo sido recolhido no DAE de nº 2133898995, e que a mercadoria **Salmão inteiro do Atlântico**, é adquirido de forma integral e natural, e a Notificada efetua o processo de manipulação no qual sofrerá modificações no acabamento do mesmo, o que caracteriza Indústria conforme o art. 3º, parágrafo único da Lei Federal de nº. 4.502/64.

No arrazoado do Notificante este alegou que a Notificada possui como Atividade Econômica Principal o CNAE de nº 4722-9/02 o qual trata-se de Peixaria, e não se viu nenhuma vinculação de seus CNAEs Secundários em relação ao Salmão inteiro, não existindo embasamento para a industrialização do produto salmão inteiro já que é um produto acabado e pronto para comercialização, que é o objeto fim de qualquer peixaria.

Constato que **os produtos adquiridos pela Notificada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA**, por inexistir previsão em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, **mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS**. E, uma vez sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da



operação constante na NF-e nº 122.048 (art. 23, inciso III da Lei 7.014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7.014/96.

Em relação ao credenciamento, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatou-se que **no momento da instantaneidade da ação fiscal, na data de 22/07/2023 (Termo de Ocorrência Fiscal nº 211311.1110/23-7)** a Notificada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCRENCIADO, desde 30/05/2023, por “Contribuinte com Restrição de Crédito-Dívida Ativa”, o que a impossibilitava de usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS da Antecipação Parcial estabelecido até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e.

|                               |   |  |
|-------------------------------|---|--|
| 44638283                      | IGAQUINO COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA | Simple Nacional                                    |
| SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA |   | Contribuinte com restrição de crédito-Dívida Ativa |
| 30/05/2023                    | sim desde 02/08/2023                            | MICROEMPRESA                                       |
| 188788479                     | Baixa: 2/8/2023 22:32                           |  |

Esta Relatoria realizou consulta ao Sistema de Informações do Contribuinte – INC, referente aos Dados Cadastrais da Notificada, donde averiguou-se que o seu Nome Fantasia é “**Nordeste Pescados**” e que a mesma possui como **Atividade Econômica Principal** o CNAE de nº 4722-9/02 – **Peixaria**, e a atividades Secundárias de “**Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos**”, Fabricação de Alimentos e Pratos Prontos (A preparação de pratos prontos congelados à base de carnes, aves, peixes e vegetais) e Fabricação de outros Produtos Alimentícios não Especificados anteriormente os CNAEs de nºs. 1020-1/02, 1096-1/00 e 1099-6/99 acrescido em suas secundárias dentre outras, estando os citados CNAEs classificados na seção de Indústria de Transformação, na divisão de Fabricação de Produtos Alimentícios.

#### Cnaes Secundárias

| Código  | Descrição  |
|---------|--|
| 1020102 | Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos   |
| 1096100 | Fabricação de alimentos e pratos prontos   |
| 1099699 | Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente                                 |
| 4632001 | Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados  |
| 4632003 | Comércio atac cereais e leguminosas benefic, farinhas, amidos e féculas, atvd fracionamento e acondicionar |
| 4634603 | Comércio atacadista de pescados e frutos do mar  |
| 4639701 | Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral  |
| 8292000 | Envasamento e empacotamento sob contrato   |

Nesse sentido, averigui pelo INC que a Notificada é optante do Regime Simples Nacional, e desta forma desobrigada à Escrituração Fiscal Digital não se podendo averiguar qual o tratamento tributário dado à destinação da mercadoria adquirida **Salmão inteiro do Atlântico** tal qual trazido pela Notificada sendo destinado como **insumos/matéria prima para industrialização**.

Entretanto, a industrialização do pescado refere-se à transformação de produtos de pescado em alimentos prontos para o consumo, como filés, conservas, embutidos e outros processados.

Assim, esta Relatoria realizou consulta, através do Sistema da Secretaria da Fazenda de Gestão dos Documentos Fiscais Eletrônicos - DF-E, das Notas Fiscais emitidas pela Notificada no período de julho a dezembro de 2023, de forma aleatória, e não se vislumbrou nenhuma saída de comercialização de **pescado inteiro**, em especial de salmão inteiro. De outra forma, o que esta relatoria averiguou foi a comercialização, em sua quase totalidade **do Filé de Salmão**, fresco ou congelado, bem como produtos derivados do salmão como a polpa do Salmão, obtida da raspagem da carne do espinhaço sendo utilizada na elaboração de produtos como medalhão e torta de salmão, conforme se observa na Nota Fiscal de saída de nº 17.891 trazida a seguir.

|  |  |        |  |
|--|--|--------|--|
| Chave de Acesso                              |  | Versão |  |
| 29230144638283000177550010000017891000526833 |  | 4.00   |  |

|      |          |           |                    |        |         |          |            |            |        |
|------|----------|-----------|--------------------|--------|---------|----------|------------|------------|--------|
| NF-e | Emitente | Destinat. | <b>Prod./Serv.</b> | Totais | Transp. | Cobrança | Inf. Adic. | Cálc. ICMS | Trans. |
|------|----------|-----------|--------------------|--------|---------|----------|------------|------------|--------|

| Dados dos Produtos e Serviços |                          |         |                   |            |
|-------------------------------|--------------------------|---------|-------------------|------------|
| Num.                          | Descrição                | Qtde.   | Unidade Comercial | Valor(R\$) |
| 1                             | FILE SALMAO FRESCO KG    | 12,0000 | KG                | 858,00     |
| 2                             | FILE SALMAO CONGELADO KG | 9,6000  | KG                | 604,80     |
| 3                             | POLPA DE SALMAO          | 6,0000  | KG                | 266,94     |

Governo do Estado da Bahia  
Secretaria da Fazenda

De mais a mais, observou-se que o produto **Filé de Salmão Coho** (às vezes é chamado de “salmão prateado” ou simplesmente “prateado” devido à cor de sua pele), é adquirido diretamente para comercialização (Nota Fiscal de saída de nº 18.191) incidindo-se neste caso, tal qual trazido na argumentação defensiva, a antecipação parcial.

|  |  |        |  |
|--|--|--------|--|
| Chave de Acesso                              |  | Versão |  |
| 29230144638283000177550010000018191000527350 |  | 4.00   |  |

|      |          |           |                    |        |         |          |            |            |        |
|------|----------|-----------|--------------------|--------|---------|----------|------------|------------|--------|
| NF-e | Emitente | Destinat. | <b>Prod./Serv.</b> | Totais | Transp. | Cobrança | Inf. Adic. | Cálc. ICMS | Trans. |
|------|----------|-----------|--------------------|--------|---------|----------|------------|------------|--------|

| Dados dos Produtos e Serviços |                     |         |                   |            |
|-------------------------------|---------------------|---------|-------------------|------------|
| Num.                          | Descrição           | Qtde.   | Unidade Comercial | Valor(R\$) |
| 1                             | FILE SALMAO COHO KG | 52,0000 | KG                | 3.484,00   |

| Código do Produto | Código NCM | Código CEST | Gênero | NVE |
|-------------------|------------|-------------|--------|-----|
|-------------------|------------|-------------|--------|-----|

Entende, portanto, esta Relatoria que as mercadorias adquiridas pela Notificada relacionada ao “**Salmão inteiro do Atlântico**” trazem consonância com a sua alegação de que foram adquiridas como insumos de seu processo fabril, onde a legislação do IPI (Decreto de nº 7.212, de 15 de junho de 2010), também, considera como produtos industrializados aqueles decorrentes de operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoe para o consumo, tais como, transformação, beneficiamento, montagem,  **acondicionamento ou recondicionamento**, etc. nesta situação quando da possibilidade da mercancia fracionada.

Do deslindado, a exigência do art. 12-A, da Lei de nº 7.014/96, do recolhimento da antecipação do ICMS,  **vinculada à finalidade das aquisições interestaduais** que forem destinadas à **comercialização**, recai somente nos produtos **Filé de Salmão Coho**, cuja antecipação parcial se faz no montante de R\$ 3.750,00, conforme disposto no demonstrativo refeito a seguir:

| COMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA |         |          |                 |       |          |                     |                 |
|-----------------------|---------|----------|-----------------|-------|----------|---------------------|-----------------|
| ICMS - ORIGEM         |         |          | ICMS DESTINO    |       |          | CÁLCULO ANTECIPAÇÃO |                 |
| BASE CÁLCULO          | ALIQ. % | ICMS     | BASE DE CÁLCULO | ALIQ. | ICMS     | ICMS ANTECIPAÇÃO    | ICMS A RECOLHER |
| 25.000,00             | 4%      | 1.000,00 | 25.000,00       | 19%   | 4.750,00 | (4.750,00-1.000,00) | <b>3.750,00</b> |

Isto posto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da presente Notificação Fiscal devendo-se atentar para a homologação dos valores pagos referenciados à presente notificação fiscal conforme DAE de nº. 2133898995.

**Contribuinte****Inscrição Estadual:** 188.788.479**CNPJ / CPF:** 44.638.283/0001-77**Razão Social:** IG AQUINO COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA**HISTÓRICO DOS PAGAMENTOS REALIZADOS****Data/Hora do último arquivo:** 01/06/2024**10:06**

| DAE        | Data       | Receita  | Referência | Valor     |
|------------|------------|--|------------|-----------|
| 2133898995 | 25/07/2023 | 2175 - ICMS - ANTECIPACAO PARCIAL                            | 07/2023    | 3.774,75  |
| 2133898995 | 25/07/2023 | 2175 - ICMS - ANTECIPACAO PARCIAL                            | 07/2023    | -3.774,75 |
| 2133898995 | 25/07/2023 | 1755 - ICMS AUTO<br>INFRACAO/DEN.ESPONTÂNEA/NOT.FISCAL/D.DEC |            | 3.774,75  |

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **297745.0587/23-8**, lavrada contra **IG AQUINO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 3.750,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais devendo ser homologado o valor pago.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 17 de julho de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR